

**Discutindo as
mudanças no capitalismo**

Marcos Cordioli

A Casa de Asterion

Discutindo as mudanças no capitalismo

Marcos Cordioli

A Casa de Asterion

Curitiba - 2006

© Marcos Cordioli

Fotos: Marcos Cordioli

Diagramação: Shelby Programação Visual

Contatos com o autor:

email: marcos.cordioli@gmail.com

fone: +55 (41) 9962 5010

home page: cordioli.wordpress.com

home page: marcos.cordioli.sites.uol.com.br

twitter: twitter.com/marcoscordioli

myspace: www.myspace.com/marcoscordioli

facebook: marcos cordioli

Discutindo as mudanças no capitalismo / Marcos Cordioli –
Curitiba: A Casa de Astérion, 2006.

I. mudanças no capitalismo, II. neoliberalismo, III.
reestruturação produtiva, fordismo, IV. modo de
acumulação flexível e integrado. I. Marcos Cordioli.

Sumário

Um processo de transição no capitalismo	9
Novo Paradigma de Mercado	13
O regime de acumulação flexível e integrado	17
A Ideologia.....	19
Uma breve conclusão	25
Referências Bibliográficas	27
Notas	29

Títulos do autor pelo selo *A Casa de Asterion*

Currículo, cultura escolar e gestão do trabalho pedagógico [2004];

A formação de valores e padrões de conduta na sala de aula (notas para um debate conceitual sobre transversalidade) [2006];

Os projetos como forma de gestão do trabalho pedagógico em Sala de Aula [2006];

A relação entre disciplinas em Sala de Aula (a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade) [2002];

Saber e conhecimento: um contraste necessário (para formulação das propostas curriculares e a gestão do trabalho pedagógico) [2006];

Ética, cidadania e formação de valores na sala de aula [2009];

A legislação Curricular Brasileira [2009].

Publicado como: CORDIOLLI, Marcos. Discutindo as mudanças no capitalismo. *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, n.2, 1997. p. 74-82.

Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje.

Perry Anderson, historiador Inglês.

Sobre o Autor

Marcos Cordioli é graduado em História (UFPr, 1988) e mestre em Educação: história e filosofia da educação (PUC-SP, 1997).

É professor universitário de graduação (desde 1994), de especialização *latu sensu* (em mais 20 IES); de mestrado (em uma IES); atua na qualificação docente (desde 1994 e prestou serviços para mais 50 redes públicas e dezenas de escolas particulares em 18 estados);

É consultor em gestão do trabalho pedagógico e proposições curriculares na Educação Básica (com serviços prestados para dezenas de instituições) e Superior (com trabalhos prestados para mais de 20 IES);

É palestrante e conferencista (atuou em mais 300 eventos); consultor técnico de publicações didáticas (prestou serviços para mais de uma dezena de editoras) e de sistemas de ensino (prestou serviços para a maioria dos grandes empresas do país);

É consultor pedagógico na área de Educação Corporativa (prestou serviços para empresas na área de refino de petróleo e montadoras automotivas).

Publicou artigos, livros e materiais didáticos (na área de informática e história e geografia para Ensino Fundamental e médio).

É cineasta. Produtor Associado do filme *O Sal da Terra* (Brasil, 2008) de Eloi Pires Ferreira. Diretor de Produção (com Elói Pires Ferreira) de *Conexão Japão* (Brasil, 2008) de Talício Sirino. Produtor Executivo de *Curitiba Zero Grau* (Tigre Filmes e Labo), *Brichos: a floresta é nossa* (Tecnokena) ainda em produção.

Contato com a Autor

email: marcos.cordioli@gmail.com

fone: +55 (41) 9962 5010

home page: cordioli.wordpress.com

home page: marcos.cordioli.sites.uol.com.br

twitter: twitter.com/marcoscordioli

myspace: www.myspace.com/marcoscordioli

facebook: marcos cordioli

UM PROCESSO DE TRANSIÇÃO NO CAPITALISMO

Este artigo é resultado de uma sistematização de leituras, apontando pontos do debate entre alguns autores marxistas que procuram entender os nexos do processo de mudanças em curso no capitalismo. Procuramos, também, discutir uma categorização do processo em curso, para então esboçar os elementos constitutivos dos novos paradigmas do mercado mundial e, a partir daí, apresentar os fundamentos do modo de regulação que está se esboçando. Por último, procuramos promover uma discussão entre as mudanças na estrutura e superestrutura, visando entender o papel das proposições neoliberais nesse processo.

O nosso tempo está assistindo à consolidação de um novo período na história do capitalismo, gestada nas contradições e na crise do regime de acumulação fordista / taylorista e resultante de necessidades históricas colocadas ao sistema capitalista.

O capitalismo, enquanto sistema econômico, mantém o seu funcionamento a partir do equilíbrio entre os mecanismos anárquicos de fixação de preços pelos mercados e de controle sobre a força de trabalho como forma de aumentar a adição de valor e, por consequência, os lucros. Essa teoria de Marx ajuda a compreender a dinâmica do capitalismo, que precisa construir novos arranjos em diferentes momentos de sua história, bem como em configurações regionais.

Esses “arranjos” do capitalismo podem ser analisados a partir da *Teoria da Regulação*, como propõe Harvey [cf. 1994, p. 117], para o qual *regime de acumulação* é o que estabelece

a correspondência entre as condições de produção e as condições de reprodução dos assalariados e *modo de regulação* é o conjunto dos hábitos, normas, leis, redes, etc., que normatiza e regula a ação dos indivíduos (ou grupos de indivíduos) que conformam as classes capitalistas e trabalhadoras.

Vivemos um processo, ainda continuando com Harvey, em que o *modo de regulação keynesiano / fordista* está cedendo seu lugar para o *regime acumulação flexível e integrado*. Harvey considera que a acumulação flexível é uma transformação sólida, porém, ainda não concluída (portanto, num período de transição) [cf. p. 179]. Mas o geógrafo estadunidense também considera que a trajetória do desenvolvimento do capitalismo “[...] não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação” [p. 307], de forma que as condições ou atividades e imaginação humanas podem combinar num rol infinito de elementos gerados pela própria dinâmica da capitalismo. Nesta perspectiva, não há garantias de que as mudanças no controle do trabalho não sejam irreversíveis [cf. p. 179] e tampouco, que o fordismo esteja condenado à extinção, pois o grau de fordismo e de flexibilidade varia em época e lugares em função da capacidade de lucro que cada sistema pode gerar numa configuração específica [Harvey, 1994, p. 308].

As dificuldades do fordismo / keynesianismo podem ser compreendidas “por uma palavra: rigidez” [cf. Harvey, 1994, p. 135-136]:

- □ Rigidez de investimentos: o capital fixo para produção de massas requeria rigidez de planejamento e crescimento relativamente estável do mercado de consumo;
- □ Rigidez na distribuição de mercados;
- □ Rigidez nos contratos de trabalho;
- □ Rigidez nos compromissos estatais com a seguridade social e serviços públicos.

Esse processo gerou uma crise - a estagflação - cujos desdobramentos apontam para a constituição de um novo regime de acumulação e de um novo modo de regulação do capital. Os investimentos se flexibilizaram, levando à financeirização das empresas. Os executivos profissionais passaram a ter que fazer dinheiro, sobre o qual deveriam prestar conta aos seus investidores.

A produção em massa cedeu lugar à produção em escopo. As mercadorias são produzidas em diferentes lotes, com importantes variações de modelos, visando atender a uma segmentação cada vez maior do mercado e do consumo.

Os contratos de trabalho, que almejavam o pleno emprego e a permanência cada vez maior do empregado na empresa, estão sendo substituídos por uma teia muito distinta de vínculos trabalhistas, incluindo as dos trabalhadores fixos, dos temporários, dos prestadores de serviço e dos terceirizados. Da mesma forma, compôs-se uma rede de empresas, entre terceirizadas e fornecedoras, formando distritos industriais.

Por último, o Estado passou a abandonar os compromissos com a seguridade social e os serviços públicos, adotando uma nova postura, segundo Fernandes [cf. 1995, p. 55-56] de desuniversalização, desestatização e desregulamentação:

- Desestatização: privatização dos setores estatizados no pós-guerra: marca uma ruptura com uma política industrial anterior, baseada nas empresas estatais como instrumentos de desenvolvimento econômico;
- Desregulamentação: crescente tendência à desregulamentação das atividades econômicas e sociais e à intervenção estatal, justificadas na suposta “superioridade do mercado” em relação ao “burocratismo do Estado”;
- □ Desuniversalização: reversão dos padrões universais dos sistemas de proteção social. Estes são reduzidos em função da pressão da crise fiscal dos Estados.

Isto está promovendo uma remercantilização dos bens sociais (particularmente a saúde, a educação e a seguridade social). Também está reprivatizando as relações sociais, transferindo do âmbito público para o privado a regulação do trabalho, do consumo e dos investimentos.

NOVO PARADIGMA DE MERCADO

O capitalismo sempre adotou uma dinâmica de mercado global, mas até meados da década de 1970, prevaleceu um forte grau de mediação dos Estados e dos mercados nacionais. As novas relações que se esboçaram passaram a constituir uma nova dinâmica, tanto da produção quanto do consumo, com forte grau de autonomia frente aos mercados ou Estados nacionais.

As mudanças na dinâmica do mercado fizeram com que as empresas estabelecessem uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, agindo numa dinâmica realmente mundial. As empresas multinacionais se transformaram em empresas mundiais, ou seja, deixaram de ser apenas multinacionais com atuação em diferentes países¹. As empresas, agora, traçam as suas estratégias de mercados acima das reservas de mercado nacionais, instalando uma rede produtiva em diversos países², dispondo de quase todo o mercado mundial. Isto promoveu grandes deslocamentos dos setores de produção, inclusive de países capitalistas centrais rumo a outras regiões do mundo com custos de produção menor³.

As empresas, com a perspectiva mundial começaram a implementar políticas de ampliação de seus potenciais através de fusões, fazendo com que os grupos econômicos efetivamente se tornassem transnacionais. Esse processo se expressou numa ligopolização intensa, com grande consumo de tecnologia e intenso movimento de comércio intra-empresa⁴. Essas empresas efetuam grande consumo de tecnologia e implementam novos paradigmas técnico-econômico de biotecnologia, micro-eletrônica, telecomunicações, automação e informação.

O crescimento vertiginoso do mercado tensionou fortemente as barreiras alfandegárias, requerendo a livre circulação de mercadorias e capital. Esse processo estimulou formação de estrutura de poder transnacional, que começou a integrar as Organizações Internacionais (OI)⁵ e as grandes corporações econômicas (agora transnacionais). Estes novos organismos de poder passaram a minar o poder dos Estados Nacionais e, apoiados na propaganda da globalização e da desregulamentação de mercado, impulsionaram grandes mudanças nas relações internacionais.

Os instrumentos constitutivos dos mercados nacionais cederam lugar aos blocos de países, visando garantir uma melhor situação nos processos de discussão com os grupos econômicos e a formulação de regras de mercado no plano internacional. Logo surgiram zonas de livre comércio como o Nafta e o Mercosul, numa velocidade impressionante, quando comparada aos seus predecessores como o Benelux e União Européia⁶.

Os Estados Nacionais mergulharam numa forte crise, devido aos seus modelos rígidos de funcionamento e às dificuldades de financiamento. Nesta situação, ficaram fragilizados diante das proposições liberais e, em muitos casos, adotaram modelos de reestruturação centrados na privatização de empresas estatais, na liberação de concessões privadas de serviços públicos e na supressão de mecanismo de controle do mercado.

A grande parte da acumulação de capital passou a ocorrer através do sistema financeiro, que graças à flexibilidade de seu mercado, pode entrar e sair de qualquer região do planeta conforme a conveniência (processo auxiliado graças aos grandes avanços da informática e das telecomunicações). A integração global dos mercados de câmbio e de títulos financeiros somada à internacionalização do circuito financeiro, permitiu que a acumulação e a reprodução de capital se desse plenamente no plano internacional.

Esse novo modelo de regulação integra diferentes processos produtivos, com um grau de flexibilidade nas relações jamais visto.

○ REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E INTEGRADO

O novo modelo de acumulação é composto a partir de um núcleo dinâmico, constituído pela empresa flexível e integrada. Esta é caracterizada por um setor produtivo (serviços e manufaturas) e um setor financeiro. Hoje, mais do que garantir a sua produção e o seu mercado, a empresa precisa apresentar lucratividade, pois é dirigida por executivos profissionais, cujo emprego e remuneração dependem diretamente dos resultados apresentados ao quadro de acionistas. Por outro lado, as ações de mercados tornam-se mais complexas, pois devem ser pensadas na perspectivas do mercado mundial.

Na esfera produtiva, as empresas adotam um enxugamento das atividades produtivas *integrando-as*, através da articulação de um conjunto de empresas-parceiras - terceirizadas ou fornecedoras. Essas empresas podem ser tanto grandes grupos econômicos como pequenas empresas familiares, que passaram a formar sistemas de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista [cf. Harvey, 1994, p. 145]. Também, se constata a formação de um “fordismo periférico e integrado”, pois esta reestruturação não se constitui num processo simultâneo e homogêneo no mundo todo [cf. Hirata, 1994: 130]. A dinâmica da empresa integrada e flexível interdepende tanto da propriedade familiar como de grandes sistemas de produção baseadas no fordismo.

Tradicionalmente, têm sido apresentadas duas mudanças: inovações organizacionais e tecnológicas, as quais podemos acrescentar mais uma: a gerencial. Nesta perspectiva, apontamos para a introdução de novas tecnologias, somadas aos novos paradigmas de gestão e

contratação de mão-de-obra. Mas são perceptíveis as mudanças gerenciais frente à financeirização das empresas e das suas relações com o mercado.

Esse processo viu ganhar peso uma nova ideologia - o novo liberalismo -, que constitui a sua hegemonia no plano mundial. O liberalismo enquanto formulação política-ideológica, já existia antes das grandes transformações em curso, particularmente no que diz respeito à globalização da economia e à reestruturação produtiva. Mas é no contexto dessas transformações que o liberalismo reconquistou espaço e retomou a ofensiva política. No debate acadêmico, há um consenso de que é o liberalismo quem informa as principais políticas econômicas em curso, e que o modelo keynesiano de capitalismo reformado e os modelos socialistas e sociais-democratas clássicos estão em crise. Para Therborn, “(...) *o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno*” [1995, p. 39]. Neste sentido, se constituindo num

[...] projeto sério e racional, [n]uma doutrina coerente e [n]uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição [Therborn, 1995, p. 182].

Anderson [1995], aponta também no mesmo sentido, uma vez que o considera como

[...] um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua

extensão internacional. Eis aí algo mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado [Anderson, 1995, p. 22].

Therborn aponta que a mudança em curso “[...] *tem dado alento à força ideológica dos partidos e dos intelectuais neoliberais, mas não é um efeito produzido por estes*” [Therborn, 1995b, p. 140]. Para o mesmo autor, o neoliberalismo está se esgotando enquanto projeto ideológico e político, a expectativa de sua continuidade se assegura apenas nos laços que articula com o gigantesco processo de mudança em curso [Therborn, 1995b, p. 141].

Anderson, no entanto, contesta essa posição; para ele, só é possível falar de uma hegemonia neoliberal porque as políticas econômicas são definidas por esta doutrina. Apenas o neoliberalismo se apresenta como “*proposição intelectual efetiva para o ordenamento das economias capitalistas modernas*” [1995b, p. 149]. Para afirmar que o neoliberalismo está superado, seria preciso que houvesse uma outra doutrina substituindo-o, o que não ocorre; pelo contrário, “*o neoliberalismo foi e é uma doutrina completa e coerente*” [1995c, p. 148], possuindo uma força formidável do ponto de vista intelectual. A formulação do neoliberalismo tem em Hayek o responsável pelo desenvolvimento de sua epistemologia completa e coerente, enquanto em Friedman, seu “técnico e propagandista.

O contexto de concorrência internacional - que promoveu o “*surgimento, pela primeira vez, de um mercado genuinamente mundial*” em que as empresas estão perdendo o poder dos mercados individuais, e os Estados, o poder regulador sobre as economias nacionais -, vai em direção à doutrina teórica do neoliberalismo, que “*valoriza sistematicamente o papel do mercado às custas do Estado e também das grandes empresas*” [cf. Anderson, 1995c, p. 147]. E portanto, este “*processo subjacente de mudança estrutural-histórica na própria*

natureza do capitalismo, (...) tem escorado a possibilidade o sucesso ideológico do neoliberalismo” [Anderson, 1995c, p. 147].

Borón - que prefere conceituar este momento como o da “*emergência de uma nova etapa de capitalismo competitivo, com um novo papel e uma nova dinâmica para os mercados*” [1995b, p. 160] -, também considera que este processo não é fruto de um projeto ideológico e político determinado, mas foi neste contexto, que o neoliberalismo emerge como uma corrente particular.

Nesse movimento ideológico, é possível distinguir duas vertentes: uma *dura* e outra *branda* [Fernandes, p. 54-6]. A versão *dura* e original do neoliberalismo é que define o mercado com regulador eficaz da economia e solução para os problemas fundamentais da modernidade, classificando toda intervenção estatal como danosa. Este projeto no original, não é aplicado em nenhum país do mundo [Fernandes, 1995, p. 54]; o que se tem são versões *brandas* constituídas em cada situação particular, considerando os componentes sociais, econômicos e políticos no contexto de sua implementação⁷.

Há de se promover a diferenciação entre a doutrina neoliberal mais elaborada e as políticas econômicas em execução, sendo importante assinalar a forte conexão entre ambas. “*Há (. . .) uma relação funcional entre o espaço teórico mais amplo e o espaço domesticado, datado, onde as idéias se traduzem em medidas práticas*” [Anderson, 1995b, p. 165]. O historiador inglês alerta que a maioria dos dirigentes políticos e governamentais, que implementam essas proposições, possuem uma forte formação teórica, pois leram e consideram as obras de Hayek e Friedman⁸.

Enquanto projeto político, a nova onda liberal concebe no máximo uma rede de proteção social para os mais pobres dos pobres - a *sagetynet* [cf. Borón, 1995b, p. 161]. As correntes neoliberais têm tentado tornar os direitos sociais mais seletivos e particularizados, pois, segundo os postulados liberais “as pessoas que recebem proteção

social tendem a permanecer nessa situação do que buscar um emprego mal remunerado”. Isto é denominado de “armadilha da pobreza” ou *poverty traps* [cf. Borón, 1995b, p. 161-2].

Nesta perspectiva, Laurell [1995] elabora um modelo explicativo das novas políticas liberais, no qual fundamentalmente, se pretende construir um novo padrão de acumulação do capital, que necessariamente passa pelo desmonte das instituições do Estado de bem-estar.

A primeira vertente deste processo é a supressão de direitos sociais e conseqüentemente, a obrigação do Estado em garantir o acesso de todos os cidadãos a eles [cf. p. 169]. Isso implica em remercantilizar os bens públicos, através da privatização do financiamento e dos serviços [cf. p. 163]. Para os liberais, esse processo permitiria uma expansão das ações da iniciativa privada, combinada à concepção de que o Estado deve prover com seus benefícios, apenas os que se encontram na condição de indigentes; para os demais, todo tipo de benefício deve corresponder a uma contrapartida como o pagamento ou o desempenho de um trabalho.

A segunda vertente é redução do gasto social público [cf. p. 169], priorizando a canalização dos recursos sociais para os grupos mais carentes [p. 163] e a descentralização dos serviços, que

“[...] não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir serviços” [Laurell, 1995, p. 174].

O elemento articulador da estratégia é a privatização, pois esta

“[...] atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas *rentáveis* aos investimentos

privados, com o intuito de ampliar os âmbitos da acumulação, ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social [Laurell, 1995, p. 167].

É importante lembrar, no que diversos autores concordam, que o neoliberalismo foi legitimado pela via democrática⁹. Mas Netto [1995] assinala que há um limite para a legitimação democrática do neoliberalismo: o limite objetivo da “capacidade de tolerância” [cf. p. 31-2]. Pois os êxitos sociais do neoliberalismo, que promove as desigualdades sociais, faz emergir traços ideológico-culturais, que servem de esteio para a xenofobia, o particularismo e as hostilidades étnicas. A “*ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária*”. Há no entanto, valores culturais incorporados por largas parcelas da população que podem conter esse avanço do neoliberalismo [Netto, 1995, p. 32].

Na América Latina a hiperinflação (apontado por Anderson), se soma à desesperança (apontada por Oliveira), como caldo de cultura favorecedor da ofensiva neoliberal. Esta constatação é importante, pois como lembra Netto [1995], a redemocratização não ofereceu à população nada além da liberdade política [cf. p. 32].

UMA BREVE CONCLUSÃO

As teorias liberais, contrárias à regulação do mercado pelo Estado, voltaram a ter visibilidade social. Iniciou-se um longo processo em que as idéias e as mudanças na estrutura interagiram na transição para um novo modelo. A crise permitia a ação das idéias; as idéias apontavam para novas práticas que incidiam sobre a estrutura, que em mudança, pareciam justificar as idéias.

Estava aberto um período de transição, com diversas possibilidades em disputa. A Direção Cultural da sociedade estava em crise e as classes sociais, assim como os diferentes grupos sociais, passaram a se movimentar para disputar a direção desse processo.

Nessa disputa, a estrutura e a superestrutura se combinam e interagem. Enquanto as mudanças na estrutura permitem o florescimento de idéias que as impulsionam e as legitimam, a estrutura - ao implementar ações propostas pelas idéias - as legitima e permite que estas se renovem, apontando novos caminhos ou novos ajustes.

Para alguns, parece que a idéias conduziram a estrutura. Para outros, foi a estrutura que permitiu as idéias. No entanto, esse período parece nos confirmar que idéias e estruturas não são independentes. Elas se lançam numa interdependência que nos fica difícil perceber onde termina a influência de uma e começa a da outra, se é que isso é possível...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDERSON, Perry. Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b. p. 139-180.
- BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-118.
- FERNANDES, Luis. Neoliberalismo e reestruturação produtiva. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 54-61.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- HIRATA, Helena. Das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, Celso et. all (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 124-138.
- KUNZLER, Jacob Paulo & MACIEL, Carlos. *Mercosul e o mercado internacional*. Porto Alegre: Ortiz, 1994.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 151-178.
- MACHADO, Lucília. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso et. all (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 165-184.

- NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 29-34.
- SADER, Emir . Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b. p. 139-180.
- THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org). *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-53.

- 1 Um empresa automobilística, por exemplo, possuía uma estratégia mundial baseada na ação em diferentes países: instalava fábricas em alguns países que exportavam mercadorias para outros. Isto fazia com que mercados nacionais fossem privilégio de algumas ou fechada (as vezes completamente) para outras. O mercado automobilístico do Brasil era de domínio de empresas estadunidenses, suecas e alemãs, estando excluídas, por exemplo, as japonesas e francesas, também com grande participação no mercado mundial.
- 2 Alguns produtos eletrônicos e automóveis possuem componente originários de mais de uma dezena de diferentes países.
- 3 Hoje, por exemplo, nenhuma marca importante de tênis dos Estados Unidos possui linha de produção nesse país.
- 4 Algumas estatísticas apontam que o comércio intra-empresas já representa cerca de 70% do comércio mundial.
- 5 Órgãos como a ONU, OMC, FMI e BIRD.
- 6 O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que atualmente há 34 acordos de integração econômica em vigor e mais 19 em estruturação [Kunzler e Maciel, 1994, p. 94].
- 7 Apresentamos uma breve sistematização da implementação destas políticas na América Latina, América do Norte, Europa Ocidental e Leste da Ásia em CORDIOLLI, Marcos. *O Estado de bem-estar e os neoliberais*. São Paulo: PUC/

SP, 1996.


- 8 Cita como exemplo: Miguel Bouer e Carlos Solchaga (estrategistas econômicos do PSOE, no Estado Espanhol); Feldt (Social-democrata, ministros das finanças da Suécia); Vlack Klaus (da Republica Tcheca, que vive citando Hayek); Roberto Campos (que já possuiu grande poder decisório no Brasil, certamente leu Hayek); Fernando Henrique Cardoso, (certamente leu Hayek e Friedman); e Mario Vargas Llosa (do Peru, que confessou-se admirador de Hayek e Friedman, ao próprio Anderson) [Anderson, 1995b, p. 166].
- 9 Apenas dois governos aplicaram os modelos neoliberais ferindo os preceitos democrático: o de Pinochet no Chile e o de Fujimori no Peru. No entanto, no Chile, as políticas neoliberais continuam sendo aplicados pelos sucessores de Pinochet eleitos democraticamente. Enquanto no Peru, quando as eleições diretas foram convocadas, todos os partidos que se apunham ao modelo neoliberal não atingiram juntos 10% dos votos.

Nota do autor

O autor agradece:

1. a comunicação de erros.
2. opiniões sobre o texto, inclusive sobre passagens com redação inadequada.
3. o envio de textos dos leitores no qual o autor foi citado.

E-mail para contato: marcos.cordioli@gmail.com



**As publicações do selo A Casa de Asterion
podem ser livremente copiados digitalmente
ou por fotocopiadoras. No entanto, não
podem ser vendidos. Os autores
disponibilizam estas publicações como
esforço para a democratização da
informação e do conhecimento.**

A Casa de Asterion